Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 198: AUXÍLIO-ACIDENTE 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 198 Brasília, 2 de setembro de 2022

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 12/08/2022.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 198: AUXÍLIO-ACIDENTE

1. O benefício de auxílio-acidente, no caso de contribuinte que perceba remuneração variável, deve ser calculado com base na média aritmética dos últimos doze meses de contribuição.

Julgados: EDcl no AgRg no REsp 503642/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2012; AR 1741/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 28/03/2008; AR 1741/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 28/03/2008

(Vide Súmula Anotada N. 159/STJ)

2. O segurado vítima de novo acidente faz jus a um único benefício de auxílio-acidente somado ao salário de contribuição vigente no dia do infortúnio.

Julgados: AREsp 1545456/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2019; AgRg no REsp 1129444/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/05/2010; AR 479/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 03/02/2010; AgRg nos EDcl no Ag 959624/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 29/09/2008; REsp 1998915/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 25/05/2022; AREsp 1983950/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), PRIMEIRA TURMA, publicado em 02/02/2022

(Vide Súmula Anotada N. 146/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

3. Não é possível o acúmulo de mais de um auxílio-acidente, mas, na hipótese de novo infortúnio, admite-se o recálculo do benefício que já vinha sendo pago, somando-se ao salário de contribuição em vigor no dia do segundo acidente.

Julgados: AREsp 1545456/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2019; AgRg no Ag 434825/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 05/05/2003; EDcl no REsp 171879/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 31/05/1999; REsp 1998915/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 25/05/2022; AREsp 1983950/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), PRIMEIRA TURMA, publicado em 02/02/2022; REsp 1968855/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, publicado em 01/02/2022; AREsp 1744104/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 04/08/2021

(Vide Súmula Anotada N. 146/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)

4. É inviável a aplicação retroativa do aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei n. 9.032/1995, que alterou o § 1º do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, aos benefícios concedidos em data anterior à sua vigência.

Julgados: AR 4179/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 05/10/2018; REsp 981493/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2017; REsp 1606984/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2016; AR 3946/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 28/06/2016; REsp 1212135/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/04/2016; REsp 1411960/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 29/03/2022; REsp 1852663/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, publicado em 01/06/2021

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 504) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 388)

5. É indevida a devolução ao INSS do auxílio-acidente recebido de boa-fé pelos segurados a título de aplicação retroativa da majoração estabelecida pela Lei n. 9.032/1995, que alterou o § 1º do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, por tratar-se de verba com caráter alimentar.

Julgados: AR 4179/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 05/10/2018; AR 4186/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 04/08/2015; AR 4886/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2014; AR 4207/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 22/08/2014; AR 4177/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 24/09/2013; AR 4193/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 18/09/2013

6. Será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 156)

Julgados: AR 4714/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 05/10/2018; AgRg no AgRg no AREsp 313827/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 14/06/2013; AgRg no REsp 1328055/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe 14/03/2013; AgRg no REsp 1252544/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2012; AgRg no Ag 1160429/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 31/08/2011; REsp 1112886/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 12/02/2010; AREsp 1470154/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 10/05/2019; AgInt no AREsp 1222885 (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 25/09/2018; AgInt no AREsp 993789/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, publicado em 10/04/2017

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 278) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

7. Comprovados o nexo de causalidade e a redução da capacidade laborativa, mesmo em face da disacusia em grau inferior ao estabelecido pela Tabela Fowler, subsiste o direito do obreiro ao benefício de auxílio-acidente. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 22)

Julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 1924521/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 07/06/2022; AgInt no AREsp 1813536/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/08/2021; AgRg no REsp 1279212/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/11/2016; EDcl nos EAREsp 107963/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJe 26/08/2016; AgRg no REsp 1580796/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/06/2016; AgRg no REsp 1492364/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 31/03/2015; REsp 1095523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 05/11/2009

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 36) (Vide Súmula Anotada N. 44/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

8. Para a concessão de auxílio-acidente fundamentado na perda de audição, é necessário que a sequela seja ocasionada por acidente de trabalho e que acarrete uma diminuição efetiva e permanente da capacidade para a atividade que o segurado habitualmente exercia. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 213)

Julgados: AgRg no AREsp 406816/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/05/2017; AgRg no REsp 1580796/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/06/2016; AgRg no AgRg no AREsp 691646/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/05/2016; AgRg no REsp 1140963/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/02/2015; AgRg no Ag 1144081/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 16/09/2014; AgRg no REsp 1398972/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 31/03/2014; REsp 1108298/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 06/08/2010

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 434) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

9. A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho. (Súmula n. 507/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 555)

Julgados: AgInt no AgInt no AREsp 1964785/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/06/2022; AgInt no REsp 1935012/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2022; AgInt no REsp 1973121/SP, Rel. Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), PRIMEIRA TURMA, DJe 18/05/2022; AgInt no REsp 1966310/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/05/2022; AgInt no REsp 1914703/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 31/03/2022; AgInt no REsp 1907861/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/03/2022; REsp 1296673/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 03/09/2012

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 731) (Vide Súmula Anotada N. 507/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 599)

10. O auxílio-acidente não integra a base de cálculo para fins de desconto de pensão alimentícia, por possuir natureza indenizatória.

Julgados: REsp 1159408/PB, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/11/2013

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 533)